

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.241 - PE (2019/0064495-5)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : PATRICIA LORENA DEL ROSARIO MORALES ORTEGA**  
**RECORRENTE : MARIA LAMPADOSA MAIA GALDINO DE SANTANA**  
**RECORRENTE : MARIA HELENA PAIVA SANTOS**  
**RECORRENTE : MARIA DE FATIMA LINO DA SILVA**  
**RECORRENTE : ELZA AMORIM GOMES**  
**RECORRENTE : MARIA MARTA FERNANDES CABRAL**  
**RECORRENTE : ANTONIA MARIA DA SILVA SANTOS**  
**RECORRENTE : MARLENE SOUTO BARBOSA**  
**RECORRENTE : CELIA MARIA VIEIRA CAMPOS**  
**RECORRENTE : MARIA DAS GRACAS DA COSTA VASCONCELOS**  
**ADVOGADO : FABIANO PARENTE DE CARVALHO - PE021061**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AOS ARTIGOS 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DA LEI 7.686/1988 E 40 DA LEI 8.112/1990. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 951-952):

AGRAVO DE INSTRUMENTO NO NOVO CPC. Os Recursos são definidos pela natureza do ato judicial: Sentença, Decisão Interlocutória ou Despacho. O Agravo de Instrumento, no Código de Processo Civil de 2015, consiste no Recurso que tem por Objeto a Relação Jurídica sobre Decisão Interlocutória, envolvendo tutelas distintas sobre duas situações jurídicas processuais: a Evidência e a Urgência. Não estão dissociadas na Finalidade ou Função do Recurso estritamente definido.

EVIDÊNCIA. Consiste na Situação Jurídica derivada da Relação Jurídica projetando a Pretensão à obtenção do dever jurídico, buscado pela Parte diante de Ato Jurídico Processual, e exposto no conjunto ou variedade de atos confluentes da Lide, da Causa, da Demanda ou dos Pressupostos Processuais. A Interlocução própria da Jurisdição é o princípio a estabelecer diretriz do Processo ou do Recurso, porquanto a Ação é proposta e o Recurso interposto, na dicção precisa de Pontes de Miranda. Os pressupostos Processuais e as Condições da Ação são elementos considerados, em cada etapa ou fase, com Atos Processuais, quando não

# *Superior Tribunal de Justiça*

incorrem, em cada caso, no exame dos Atos meramente ordinatórios, nos simples Despachos. Ou, nas hipóteses terminativas encerrando literalmente a Prestação Jurisdicional de Mérito com a Sentença, e/ou com a Execução. URGÊNCIA. Como poder-dever cautelar busca no exame da situação, de ato ou fato jurídico, realçar a utilidade da Jurisdição de modo Imediato, a realização do Direito Objetivo e, de modo Mediato, o Direto subjetivo buscado no Pedido intercorrente para obtenção do Dever Jurídico; a Obrigação de quem de Direito. A Urgência está atinada sempre à Evidência.

AGRAVO INTERNO/REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO. TUTELA DE EVIDÊNCIA. TUTELA DE URGÊNCIA. RESOLUÇÃO JUDICIAL DE 1º GRAU. REGRAS PROCESSUAIS RECURSAIS E REGIMENTAIS. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRECEDENTES. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. INTERPRETAÇÃO. BOA-FÉ. ELEMENTOS. ARGUMENTOS EM TESE. COLISÃO ENTRE NORMAS. RAZÕES. COLISÃO ENTRE NORMAS. PONDERAÇÃO. PREMISSAS FÁTICAS. INCIDÊNCIA DE NORMAS. PREMISSAS FÁTICAS. ATINÊNCIA.

Trata-se de Agravo Interno/Regimental interposto à Decisão proferida em Agravo de Instrumento abordando Tutela de Evidência e Tutela de Urgência no exame de Resolução Judicial de 1º Grau.

Aplicam-se ao Agravo Interno/Regimental as regras processuais recursais e regimentais atinentes à Decisão, no caso, proferida em Agravo de Instrumento, que examinou a possibilidade da pretensão de Tutela de Evidência e de Tutela de Urgência sem Retratação, onde estão reproduzidos os Fundamentos relativamente à Impugnação Específica.

Uniformização da Jurisprudência, com a manutenção da estabilidade, integridade e coerência, compreendendo, inclusive, os casos em que a lei for omissa, pressupõe a decisão de acordo com a Analogia, os Costumes e os Princípios de Direito (Art. 926 e Art. 4º do NCPC).

Conforme consignado na Decisão que deferiu, em parte, o Pedido de Efeito Suspensivo, no tocante à Compensação, a Decisão agravada acenou, acertadamente, que "no julgamento do REsp 1.235.513/AL, Rel. Min. Castro Meira, decidido sob o rito dos recursos repetitivos, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que somente pode ser alegada a compensação, em sede de embargos à execução, com base em fato superveniente à sentença exequenda. Portanto, na espécie, porque o pleito de compensação ampara-se em valores supostamente pagos nos anos de 1997 a 2002, antes do ajuizamento da ação, ocorrido em 26/03/2010, não poderia ser deduzido na seara executiva, porquanto a oportunidade para tanto era a do processo de conhecimento, sob pena de vulneração da coisa julgada."

Com relação à Base de Cálculo, a respeitável Decisão recorrida ponderou que "deve levar em conta o vencimento básico dos exequentes acrescido de todas as vantagens permanentes pagas com base nele, porque se trata o PCCS de adiantamento pecuniário concedido aos servidores considerando "os valores nominais percebidos em janeiro de 1988" (art. 8º, da Lei n.º 7686/88, incidindo, se for o caso, os juros de mora sobre o conjunto das parcelas.)"

A orientação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região é no sentido de que "A própria Lei n.º 7.686/88, que legalizou o pagamento do "adiantamento do PCCS", consignou expressamente, no inciso I, do artigo 7º, que a mesma "não servirá de base de cálculo de qualquer vantagem ou parcela remuneratório" (AC n.º 519.167, Relator Desembargador Federal

# Superior Tribunal de Justiça

Ivan Lira de Carvalho, 2ª Turma, DJE de 22.09.2015, p. 55).

Apresentadas as Contrarrazões ao Agravo de Instrumento e estando este pronto para julgamento, fica Prejudicado o Agravo Interno/Regimental.

Provimento parcial do Agravo de Instrumento e Agravo Interno/Regimental Prejudicado.

Embargos de declaração rejeitados.

Os recorrentes alegam violação do artigo 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem, apesar de instada por meio dos competentes aclaratórios, não se manifestou a respeito da afronta aos artigos 7º, parágrafo único, I, da Lei 7.686/1988 e 40 da Lei 8.112/1990.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 7º, parágrafo único, I, da Lei 7.686/1988 e 40 da Lei 8.112/1990, sob o argumento de que "desde sua origem o adiantamento do PCCS teve como sua base de cálculo a remuneração dos substituídos" (fl. 1.438), e não o vencimento básico, como concluiu o acórdão *a quo*.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 1.467.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

A propósito, entendimento contrário ao interesse da parte e omissão no julgado são conceitos que não se confundem.

Quanto ao mais, registrou o Tribunal de origem que:

[...]

Com relação à Base de Cálculo, a respeitável Decisão recorrida ponderou que "deve levar em conta o vencimento básico dos exequentes acrescido de todas as vantagens permanentes pagas com base nele, porque se trata o PCCS de adiantamento pecuniário concedido aos servidores considerando "os valores nominais percebidos em janeiro de 1988" (art. 8º, da Lei n.º 7686/88, incidindo, se for o caso, os juros de mora sobre o conjunto das parcelas.)"

A orientação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região é no sentido de que "A própria Lei n.º. 7.686/88, que legalizou o pagamento do "adiantamento do PCCS", consignou expressamente, no inciso I, do artigo 7º, que a mesma "não servirá de base de cálculo de qualquer vantagem ou parcela remuneratória" (AC n.º 519.167, Relator Desembargador Federal Ivan Lira de Carvalho, 2ª Turma, DJE de 22.09.2015, p. 55).

[...]

Irresignados, os recorrentes sustentam ofensa aos artigos 7º, parágrafo único, I, da Lei 7.686/1988 e 40 da Lei 8.112/1990, sob o argumento de que "desde sua origem o adiantamento do PCCS teve como sua base de cálculo a remuneração dos substituídos" (fl. 1.438), e não o vencimento básico, como concluiu o acórdão *a quo*. Os dispositivos em comento possuem a seguinte redação:

Art. 7º Nos meses de novembro e de dezembro de 1988, aos servidores civis e militares, ativos e inativos, da Administração Federal direta, das autarquias, dos extintos territórios federais e das fundações públicas será concedido abono mensal no valor de Cz\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzados).

# Superior Tribunal de Justiça

Parágrafo único. O abono a que se refere este artigo, sobre o qual incidirá a contribuição previdenciária:

I - não servirá de base de cálculo de qualquer vantagem ou parcela remuneratória;

[...] (Lei 7.686/88)

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. (Lei 8.112/90)

A par das alegações trazidas no apelo especial, contudo, observa-se que a insurgência não comporta conhecimento, uma vez que os dispositivos indicados como malferidos não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

A propósito, recente julgado dessa Primeira Turma que apreciou idêntica controvérsia:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DA LEI 7.686/88 E 40 DA LEI 8.112/90. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF.

1. Incide a Súmula 284/STF quando os dispositivos indicados como violados não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido, o que revela a deficiência na argumentação recursal.

2. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1.795.401/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/10/2019).

Confira-se, ainda, em igual sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 28,86% SOBRE OS ANUËNIOS. INCIDÊNCIA, EXCETO SE A BASE DE CÁLCULO HOUVER SIDO REAJUSTADA PELO MESMO ÍNDICE. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

VIII - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.343.673/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 31/8/2018).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

MULTA DO TCU. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. COMANDO NORMATIVO. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS NÃO FIXADOS NA ORIGEM. DESCABIMENTO DE MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

2. O comando normativo do dispositivo indicado como violado resta inapto de sustentar a tese apresentada no recurso especial, de modo que inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do STF.

[...]

4. Agravo interno parcialmente provido (AgInt no REsp 1.657.511/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/12/2018).

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator